

# “Acabou, porra!”: Jair Bolsonaro e a retórica do populismo autoritário

EMANUEL FREITAS DA SILVA

MONALISA SOARES LOPES

**RESUMO:** Partindo das expressões de populismos de viés autoritário contemporâneos, o presente artigo analisa um conjunto de discursos proferidos por Jair Bolsonaro, durante atos de apoio a seu governo, no ano de 2020. Objetiva-se, com isso, compreender as nuances de uma cultura autoritária como alicerce legitimador do discurso do presidente para uma parcela da população que, mobilizando-se contra instituições democráticas, crê-se como autenticamente democrata e representante dos interesses do “povo brasileiro”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autoritarismo. Populismo. Jair Bolsonaro.



## “It’s fucking over!”: Jair Bolsonaro and the rhetoric of authoritarian populism

EMANUEL FREITAS DA SILVA

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professor assistente de Teoria Política na Faculdade de Educação de Itapipoca da Universidade Estadual do Ceará (FACEDI - UECE) e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e em Planejamento e Políticas Públicas (PGPPP) da UECE, pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM-UFC). E-mail: emanuel.freitas@uece.br.

MONALISA SOARES LOPES

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UFC, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS - UFC) e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO-UFC). Integra o Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM-UFC). E-mail: monalisasoares@ufc.br.

**ABSTRACT:** Starting from the expressions of contemporary authoritarian populism, this article analyzes a set of speeches made by Jair Bolsonaro, during acts of support to his government, in the year 2020. With this, it is aimed to understand the nuances of an authoritarian culture as a foundation legitimizing the president’s speech to a portion of the population that, mobilizing itself against democratic institutions, believes itself to be authentically democratic and representative of the interests of the “Brazilian people”.

**KEYWORDS:** Authoritarianism. Populism. Jair Bolsonaro.

RECEBIDO: 23/12/2020

APROVADO: 22/03/2021

## 1 Introdução

Nos últimos anos, tem-se observado a ascensão de fenômenos políticos e de lideranças nacionais marcadas pelo signo conceitual do populismo. Partidos e lideranças identificadas com uma retórica antissistêmica, críticos da representação política vigente e com forte capacidade de mobilização das insatisfações populares têm emergido nas democracias ao redor do mundo, consideradas bem estabelecidas ou não, como exemplos de uma “onda populista” que estaria em plena ascensão no mundo Ocidental.

Cabe destacarmos, de início, que a categoria populismo traz consigo um debate teórico extenso (i.e.: FERREIRA, 2013; GENTILE, 2020; LACLAU, 2013), considerando a diversidade de experiências que subsidiaram as discussões sobre o fenômeno. Muito da literatura da Ciência Política contemporânea, ao tratar dos modos como as organizações nacionais têm sido governadas, como momentos de “ruptura” ou de “crise da democracia” (CASTELLS, 2018; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; PRZEWORSKI, 2020). Para os fins deste artigo, refletiremos o populismo a partir da discussão teórica elaborada por autores que problematizam sua interface com o autoritarismo, tais como: Finchelstein (2019), Norris e Inglehart (2019), Mounk (2019), Nobre (2020) e Abranches (2020).

Nosso objetivo neste artigo é analisar um conjunto de declarações do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro (Sem partido), durante manifestações de apoio a seu governo, entre março e maio de 2020, quando a retórica empregada pelo presidente para questionar e se opor às medidas adotadas por prefeitos, governadores e também a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) flertou diretamente com a ideia de ruptura institucional, correspondendo diretamente à faceta autoritária dos regimes populistas. O conjunto desses atos engendrou uma investigação do STF que, ainda na data de escrita deste artigo (dezembro de 2020), continua em curso. Nomeada como investigação dos “atos anti-democráticos”, essa investigação se direcionou a parlamentares que apoiam o presidente e alguns ativistas digitais.

## 2 O debate contemporâneo sobre o populismo (autoritário)

A análise política contemporânea tem se valido da expressão “populismo” para diversos fenômenos e líderes políticos. Governantes que controlam ou pretendem controlar a alta dos preços e os movimentos da economia, outros que objetivam aumentar o gasto público, outros ainda que se mostram favoráveis aos reclames diretos de seus eleitores, apostando em uma comunicação mais direta com as massas, ou mesmo atuais negacionistas da pandemia de COVID-19: todos estes, de uma forma ou de outra, são nomeados como “populistas”.

Por essa confusão em torno do termo, que produz uma espécie de conceito “coringa” e muita imprecisão no seu uso, Casullo (2019) sugere que, por conta da “onda populista” a que se assiste no cenário atual, a ressurgência do uso do conceito não tem sido acompanhada por um consenso conceitual e metodológico em torno dele; isso se daria por conta de três problemas:

O primeiro é que todo mundo pensa que sabe o que é o populismo. Diferente de outros temas das ciências sociais rodeados de um invólucro de dificuldade por sua aparente complexidade técnica, o termo “populismo” se utiliza habitualmente em todos os meios de comunicação do mundo, por parte de especialistas e não-especialistas. [...] é imperativo, pois, recortar os seus limites conceituais com alguma precisão [...] O segundo problema é o caráter marginal que os estudos sobre o populismo tinham até pouco tempo na ciência política. [...] A mobilização populista é sempre aquilo que aparece contra a arquitetura institucional vigente [...] Existe, por fim, um campo de fenômenos empíricos que se possam chamar de ‘populistas’ com certo grau de certeza, mas cuja extensão não seja definida só por um critério normativo e subjetivo, quer dizer, “aquilo de que eu não gosto?” (CASULLO, 2019, p. 19 - 20, tradução nossa).

Então, como podemos definir cientificamente o “populismo”? O populismo enquanto fenômeno político pode ser compreendido sucintamente como uma forma de fazer política que:

[...] vê o antagonismo fundamental na sociedade como o que existe entre “o povo” (bem) e “as elites” (mal); constrói o contexto político em termos de uma “crise” que põe em destaque a inadequação do *establishment* político; oferece uma visão redutora, em vez de uma abordagem guiada pela política, tecnocrática ou baseada em problemas; tem como centro uma figura carismática que afirma possuir poderes excepcionais de liderança; aplica um uso mais franco, mais voltado para o confronto, mais direto da linguagem, o “falando claramente” (TORMEY, 2019, p. 31).

Nessa perspectiva, as experiências populistas não se limitariam necessariamente a conteúdos de esquerda e/ou de direita. Há, no entanto, um aspecto que perpassa os populismos historicamente situados e os que ganharam visibilidade mais recentemente, especialmente os de linhagem conservadora e de extrema-direita: o caráter autoritário.

Finchelstein (2019) afirma que o populismo é um tipo autoritário de democracia que emerge, no período pós-guerra (1945), após o insucesso dos regimes fascistas. O argumento do autor decorre da perspectiva historiográfica que identifica a relação entre experiências fascistas e populistas num *continuum* histórico, no século XX. As origens fascistas das principais lideranças fundadoras do populismo na América Latina (Péron na Argentina; Vargas no Brasil, entre outros) restariam como evidência dessa relação.

De acordo com o autor, o populismo, desde suas origens pós-1945, pode ser classificado em 4 fases: 1) Populismo Clássico (1940 - 1980); 2) Populismo Neoliberal (experiências entre 1989 - 2011); 3) Populismo Neoclássico de esquerda (experiências a partir de 2003) e 4) Populismo Neoclássico de direita e extrema-direita (destaque para as experiências recentes na Turquia, Hungria, França, Inglaterra, Grécia e EUA). Considerando os parâmetros mobilizados por Finchelstein (2019), a experiência recente do Brasil também se enquadraria nessa última fase.

Apesar da diversidade de “possibilidades históricas” no espectro político, o autor demarca 16 características centrais compartilhadas pelas experiências populistas, que seriam as seguintes:

1) Uma ligação a uma democracia antiliberal, eleitoral e autoritária que rejeita, na prática, a ditadura; 2) Uma forma extrema de religião política; 3) Uma visão apocalíptica da política que apresenta os sucessos eleitorais e as transformações que esses sucessos transitórios permitem como momentos revolucionários na fundação ou refundação da sociedade; 4) Uma teologia política fundada por um líder do povo messiânico e carismático; 5) A percepção dos antagonistas políticos como o antipovo – isto é, como inimigos do povo e traidores da nação; 6) Um fraco entendimento do Estado de Direito e da separação dos poderes; 7) Um nacionalismo radical; 8) Uma ideia do líder como a personificação do povo; 9) Uma identificação do movimento e dos líderes com o povo como um todo; 10) A afirmação da antipolítica, que na prática significa superar a política dos costumes; 11) O ato de falar em nome do povo e contra as elites dirigentes; 12) A autorrepresentação de sua defesa da verdadeira democracia e oposição a formas imaginárias ou reais de ditadura e tirania (a União Europeia, o Estado paralelo ou profundo, o império, o cosmopolitismo, a globalização, os golpes militares, etc.); 13) Uma ideia homogeneizadora do povo como uma entidade única que, quando o populismo se torna regime, é depois equiparada às suas majorias eleitorais; 14) Um profundo antagonismo e até aversão ao jornalismo independente; 15) Uma aversão ao pluralismo e à tolerância política; 16) A insistência na cultura popular e até, em muitos casos, no mundo do entretenimento como representações de tradições nacionais. (FINCHELSTEIN, 2019, p. 135 - 136).

A emergência desse populismo autoritário estaria relacionada, segundo o historiador argentino, com uma crise de representação e cenários de desigualdade social percebidos e capturados politicamente pelos populistas em seus discursos e campanhas com vistas à realização de uma liderança hierarquizada. Esses processos de hierarquização, diminuição do diálogo político e enfrentamento sistemático aos pesos e contrapesos institucionais demarcariam a condição do populismo como uma “forma autoritária de democracia” (FINCHELSTEIN, 2019, p. 138). Em face do que diz o

autor, podemos compreender o populismo como ampliador dos espaços de autoritarismo, de verticalização e de hierarquização no regime democrático, à medida que tensiona e deslegitima os outros poderes e instituições.

Norris e Inglehart (2019) partilham da noção destacada por Finchelstein (2019) sobre o caráter camaleônico e flexível ideologicamente das políticas populistas e destacam que “[...] o populismo desafia a legitimidade da autoridade do *‘establishment’*. Ele questiona as crenças pluralistas acerca do local legítimo de poder e da autoridade em qualquer estado, incluindo o papel das eleições representativas nos regimes democráticos” (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 4, tradução nossa).

Os traços autoritários do populismo se anunciariam nos questionamentos levantados em torno do processo democrático. Nesse percurso, os líderes populistas constroem imagens de si como os únicos a reconhecer que a “fonte legítima de autoridade política e moral em uma democracia reside no ‘povo’” (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 5, tradução nossa). Isso os torna capazes de reagir diante dos modos tradicionais de fazer política, enfrentando se necessário os “julgamentos de especialistas – incluindo os de representantes eleitos e juízes, cientistas, acadêmicos, jornalistas e comentaristas” (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 5, tradução nossa).

De acordo com os autores, as ameaças mais significativas que a democracia tem vivido partem justamente dos valores autoritários que se disseminam através dos discursos populistas:

Os valores autoritários priorizam três componentes principais: (1) a importância da segurança contra riscos de instabilidade e desordem (estrangeiros roubando nossos empregos, imigrantes atacando nossas mulheres, terroristas ameaçando nossa segurança); (2) o valor de *conformidade* do grupo para preservar as tradições convencionais e proteger o nosso modo de vida (defendendo-nos contra ameaças dos ‘valores europeus’); e (3) a necessidade de *obediência* leal para com líderes fortes que protegem o grupo e seus costumes (“só eu posso consertar”, “acredite em mim”, “você está no meu time?”) (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 7, tradução nossa, grifos no original).

O cenário de insegurança e instabilidade mobiliza a formação de tribos que na condição de “comunidade imaginária” ofereceria a segurança coletiva derivada da partilha identitária (religiosa, econômica, cultural, etc.). Diante disso, os populistas autoritários, através de sua retórica, orientam as insatisfações e os receios da tribo em direção a “bodes expiatórios” que estariam fora do grupo e constituiriam ameaça a seus valores fundamentais. Isso reforça a dualidade “nós” (o verdadeiro povo) *versus* “eles” (o não-povo, desviantes, marginais, imigrantes, etc.).

Após delinear os aspectos marcantes dos populismos autoritários que emergiram recentemente, os autores refletem sobre as motivações que levam a população a aderir à retórica e às propostas destas lideranças e partidos nas disputas eleitorais. Para eles, nas sociedades pós-industriais, entre 1960 e 1970, ocorreram mudanças estruturais que redundaram em “aumento de prosperidade, ampliação de acesso à educação superior, remodelação mais igualitária dos papéis sociais de gênero e processos de urbanização” (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 15). Tais mudanças provocaram uma “revolução silenciosa de valores liberais e pós-materialistas” (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 15). É diante desta revolução que ocorre o “cultural backlash”.<sup>1</sup>

De acordo com os autores, haveria ao menos três modos como os grupos podem reagir em face a mudanças culturais significativas: 1) as pessoas não expressariam discordância da maioria por receio de sofrerem censura e/ou isolamento social; 2) as pessoas vão, ao longo do tempo, se adaptando e aceitando às mudanças; 3) as pessoas priorizam o relacionamento com outras de ideias semelhantes, produzindo, assim, bolhas sociais cada vez mais

---

1 No Brasil há controvérsias sobre a possibilidade de afirmar uma experiência pós-materialista como característica da sociedade. No entanto, cabe destacar como os grupos têm explorado a perspectiva cultural/moral em seus discursos, especialmente, no tocante às políticas públicas de gênero e diversidade sexual implementadas ao longo das gestões do Partido dos Trabalhadores no Executivo Federal. Ao longo da campanha eleitoral de 2018 houve intensos debates sobre ideologia de gênero e a sugestão de, em uma provável gestão de Fernando Haddad (PT), crianças serem ensinadas a ser homossexuais nas escolas. Níveis e intensidade de *backlash* no processo eleitoral de 2018 no Brasil poderão ser melhor observados na seção 4 deste artigo, a partir da discussão do texto de Pinheiro Machado e Scalco (2020).

comuns em tempos de redes sociais, com vistas a evitar o conflito. Os autores, no entanto, destacam uma quarta possibilidade, que constituiria o cerne de sua tese:

Nós teorizamos que uma estratégia alternativa, no entanto, é o reflexo autoritário, uma reação defensiva mais forte entre os grupos socialmente conservadores que se sentem ameaçados pelos rápidos processos de mudança econômica, social e cultural, rejeitando os costumes sociais e as normas morais não convencionais, e encontrando a garantia de uma comunidade de pessoas com ideias semelhantes, onde líderes transgressores fortes expressam visões socialmente incorretas enquanto defendem valores e crenças tradicionais. Prevê-se que o ponto de inflexão - à medida que as majorias anteriormente predominantes se tornam uma parcela cada vez menor, mas ainda considerável da população e do eleitorado - desencadeia o reflexo autoritário latente. Ressentimento contra o ponto de inflexão na revolução silenciosa gerou uma reação contrarrevolucionária conservadora. (NORRIS; INGLEHART, 2019, p. 16, tradução nossa).

Os setores conservadores da sociedade além de nutrir ressentimento pela ameaça causada aos seus valores fundamentais também reagem contra as elites políticas, as quais passam a se identificar com a defesa dos valores liberais e pós-materialistas. É em meio a esse ambiente de ressentimento generalizado que os populistas autoritários conseguem se constituir na saída viável.

Abranches (2020), ao dissertar sobre a onda populista que se expandiu nos anos recentes, também chama atenção para o ressentimento como componente fundante da experiência populista:

O populismo, sob qualquer de suas formas, nasce da insatisfação e do ressentimento. O terreno no qual prosperam as lideranças populistas é marcado pela frustração das oportunidades, pela mobilidade regressiva, particularmente nas classes médias, e pela desigualdade crescente. Elas exploram o sentimento de abandono ou destituição. (ABRANCHES, 2020, p. 71).



O populismo não é novidade. É recorrente. Ele assume formas recondiçionadas às circunstâncias de cada época, mas seu miolo sociológico é conhecido. Tem o apoio de setores ressentidos da classe média, de parte da massa difusa, deslocada das categorias da estratificação social que vem se desfazendo. Tem um componente de reacionarismo, idealização de um passado, sempre irreal e irrealizável. Abranches (2020) nos lembra que nasce em períodos que combinam muita mudança, muita incerteza, permanente instabilidade estrutural. Ele também comenta que a frustração e o ressentimento desses grupos estariam relacionados aos déficits produzidos “pelas democracias e pelos mercados”. Em um mundo em profunda mudança, a ausência de oportunidades, o crescimento das desigualdades e as condições precárias de vida fomentariam a crise de representação e o sentimento antipolítica vastamente explorado pelos líderes populistas, cujo caráter autoritário se revela na medida em que sua relação com a democracia é meramente instrumental: “Eles as veem como um meio para chegar ao poder, mas não a aceitam quando oferece meios legítimos para limitar legalmente suas decisões ou para retirá-los do poder” (ABRANCHES, 2020, p. 74) Os populistas contemporâneos seriam, assim, governantes incidentais cujos traços de liderança mais marcantes são o autoritarismo e o reacionarismo.

Mounk (2019, p. 54), por sua vez, afirma que “para entender a natureza do populismo, devemos admitir que ele é tanto democrático como iliberal – que ele busca tanto expressar a frustração do povo como minar as instituições liberais”. É precisamente nesse ponto que poderíamos dizer que reside a charada autoritária do populismo, pois, à medida que ele consegue avançar contra as instituições da democracia liberal, mais autoritário o regime vai se tornando e menos o líder populista precisará se preocupar com a expressão das insatisfações populares. Para chegar até esse ponto, obviamente “a promessa de dar livre expressão à voz do povo é a característica central do populismo” (MOUNK, 2019, p. 62).

Nesse sentido, o autor corrobora aspectos já apontados pelos autores citados anteriormente sobre a retórica populista: nós vs. eles; mobilização dos sentimentos de insatisfação contra as elites políticas; ataque a instituições como jornalismo independente,

entre outros. Os populistas apresentam soluções simples para problemas complexos e não titubeiam sobre a possibilidade de encontrar saídas para as questões que afligem a vida da população, diferente dos outros políticos que, geralmente, subsidiam suas propostas em análises de especialistas.

Como buscamos demonstrar, vivemos recentemente a emergência de uma onda de populistas autoritários ao redor do mundo, os sentidos que mobilizam a sociedade a escolher estes líderes envolvem aspectos relativos à representação política, mudanças culturais e dinâmicas econômicas na sociedade. Na seção a seguir, analisamos os percursos que levaram à vitória de Jair Bolsonaro para o executivo federal em 2018, colocando o Brasil no mapa das experiências populistas contemporâneas.

### **3 A literatura sobre a eleição de Bolsonaro**

A chegada de Jair Bolsonaro (Sem Partido) ao executivo federal é ainda hoje, após dois anos de sua eleição, fenômeno de reflexão entre analistas políticos brasileiros. No início da largada, foi considerado um candidato de nicho que, apesar do bom desempenho em pesquisas,<sup>2</sup> desidrataria no decorrer da campanha. O fato de não possuir um partido relevante (o PSL naquele momento), sem tempo de TV, poucas alianças, o baixo financiamento e o estilo “agressivo e despachado” pareciam indicar aos analistas e competidores que o capitão reformado do exército não deveria ser levado a sério. Os desdobramentos deste enredo conhecemos bem.

Nicolau (2020, p. 11) afirma que esse universo excepcional em que se desdobrou a vitória de Bolsonaro fez dela “o feito mais impressionante da história das eleições brasileiras”. Analisando dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e de pesquisas eleitorais, o autor traçou o perfil da base eleitoral do presidente eleito. Considerando aspectos como raça, gênero, escolaridade, idade, religião, preferência partidária, região de residência, o autor chega à conclusão de que “Bolsonaro foi vitorioso na maioria das grandes cidades do Brasil e conquistou o apoio dos homens e dos evangélicos como nenhum candidato antes dele” (NICOLAU, 2020, p. 12).

---

2 Cf. reportagem de Balthazar (2018).

Um aspecto destacado por ele é o conservadorismo de Bolsonaro que se consolida com uma “inflexão na carreira”, mais precisamente no mandato conquistado no pleito de 2010, quando passa a defender temas relativos à defesa da moral, dos costumes e da família. De acordo com o autor, é a partir desse movimento que emergem as relações com a bancada religiosa. Nicolau (2020) explica o voto evangélico, que foi majoritário em Bolsonaro e decisivo para sua vitória, a partir do que chama de “hipótese da afinidade conservadora”.<sup>3</sup>

Outro elemento que chama atenção na vitória de Bolsonaro é que esta ocorreu sem nenhum tipo de moderação discursiva. Ao contrário, o candidato chegou, inclusive, a elogiar o regime militar, como afirma Nicolau (2020, p. 10): “Bolsonaro é o primeiro político de expressão nacional, e talvez o único, que faz elogio aberto desse período da história brasileira”.

Nesse sentido, a análise de Avritzer (2019, p. 16) pode ser acionada para compreender como a sociedade brasileira a partir de “movimentos pendulares”, que a levam a oscilar, com as elites e as massas, entre “um forte entusiasmo democrático e outros momentos em que a classe média adota uma visão antidemocrática”, que chamaremos aqui de “autoritária”. Esse movimento pendular, que produziu em nossa história momentos de “ruptura política”, fragiliza as relações entre a sociedade brasileira e a prática democrática, fortalecendo grupos autoritários, fragilizados apenas por momentos (pendulares) de aliança entre setores da sociedade que flertam, em determinadas temporalidades, com uma agenda minimamente democrática.

Observando a organização política brasileira entre 1985 e 2010 como fruto da “forte maioria em pró-democracia, expressa na ausência de contestação dos resultados de todas as eleições de 1989 a 2010 e na inexistência de defesa institucional de violações de direitos humanos” (AVRITZER, 2019, p. 10). O autor se questiona

---

3 Na discussão sobre esta hipótese, Nicolau (2020) explica porque, mesmo Bolsonaro sendo católico, atraiu mais voto evangélico do que outros candidatos evangélicos em pleitos anteriores e argumenta que essa hipótese serve para explicar também os votos de setores católicos conservadores e mesmo conservadores sem religião.

sobre como se operaram mudanças significativas que produziram, a partir de 2014 mas sobretudo com a eleição de 2018, um novo movimento pendular rumo à antidemocracia ou à gramática do autoritarismo, que nomeia como “um processo contínuo de degradação institucional” (AVRITZER, 2019, p. 12).

Nobre (2020) caracteriza a eleição de Bolsonaro pela condição de aglutinar setores diversos,<sup>4</sup> destacando três grupos como fundamentais: evangélicos, lavajatistas e setores militares. De acordo com o autor, Bolsonaro seria, como outros líderes populistas, alguém que busca associar-se ao que restou de correto, ético e decente, em contraponto a uma imagem do sistema político tomada pelos escândalos de corrupção. No caso brasileiro, a ação da Operação Lava Jato atuou de forma a intensificar essa indignação contra o sistema político, pois, conforme o autor, era nele que a Operação “identificava a corrupção, sem exceções”:<sup>5</sup>

Confluíram para sua candidatura em 2018 grupos do eleitorado com motivações muito diferentes. Apesar de muitas vezes terem interseções (uma mesma pessoa pode pertencer a diferentes grupos), não forma um grupo homogêneo. E, sobretudo, nunca antes tinham confluído para uma única candidatura presidencial como confluíram para a candidatura de Bolsonaro as figuras do lavajatismo, do antipetismo, do antissistema, do conservadorismo de costumes, da reivindicação absoluta de “lei & ordem”, das forças de segurança pública e privada, do autoritarismo sem disfarces” (NOBRE, 2020, p. 25).

---

4 Wilson Gomes (2020) também compartilha dessa perspectiva. Mobilizando a imagem do poliedro, o autor afirma que a campanha reuniu setores econômico-liberais, conservadores e antissistêmicos, amalgamados eleitoralmente pelo antipetismo.

5 Lopes, Albuquerque e Bezerra (2020) analisaram como a campanha de Bolsonaro mobilizou a luta anticorrupção animada pela Lava Jato. Identificando os enquadramentos que compuseram o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), no 2º turno da eleição presidencial de 2028, as autoras observaram uma preponderância no tratamento do tema corrupção, que aparece em praticamente todos os programas eleitorais, fomentando assim a narrativa de Bolsonaro como o “candidato genuíno da luta anticorrupção”.

Para o autor, Bolsonaro é um líder antissistema “abertamente autoritário”, a evidência seria o fato de ter associado a própria democracia ao sistema. Seu ataque frontal é à Constituição Federal de 1988 e ao processo de democratização que decorreu dela,

Para Bolsonaro, todo mundo que aceitou as regras da Constituição de 1988 é “de esquerda”. A própria Constituição é “de esquerda”, faz parte da “falsa democracia” e a redemocratização é a responsável por todos os males do país. A “verdadeira democracia” é apenas aquela que existia durante a ditadura militar. Quem conseguir entender a expressão “a democracia da ditadura era a verdadeira democracia” conseguirá entender Bolsonaro (NOBRE, 2020, p. 20).

Da perspectiva do eleitorado, o autor destaca os sentimentos de ameaça existencial que amplos setores da sociedade experienciavam. As crises econômicas, de segurança pública, adensadas pela crise política, delineavam a paisagem de temores “pelo seu emprego, pela vida, pela vida de sua família, pela religião que professava, pelo seu prestígio social” (NOBRE, 2020, p. 24) que permeavam os relatos dos indivíduos.

Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Scalco (2020) apresentam os resultados de uma etnografia longitudinal de 10 anos em que evidenciam os percursos que levaram os chamados “novos consumidores”, indivíduos que experienciaram a cidadania via consumo da Era Lula, a depositarem seus votos em Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018. Apesar de tangenciar a experiência de mulheres, o foco do artigo é majoritariamente sobre as trajetórias de homens, especialmente jovens. Como apontado pelos autores citados anteriormente, Pinheiro-Machado e Scalco (2020) identificam traços de ressentimento, desenaixe e crise existencial como elementos mobilizadores da adesão ao bolsonarismo:

Esses trabalhadores homens construíram sua identidade de ganha-pão masculino em oposição àqueles cuja vida era supostamente fácil: vagabundos, que recebem benefícios sociais, ou bandidos impunes que, segundo eles, ganham coisas sem trabalhar. Assim, eles se percebem como vítimas em um mundo em que trabalhadores de baixa renda são “punidos” enquanto os vagabundos aproveitam a

vida boa. Seus esforços pessoais para construir uma “carreira honesta” não foram reconhecidos. Esta narrativa é necessariamente estruturada em frustração e ressentimento, bem como em um profundo sentimento de injustiça individual que opôs o trabalhador cumpridor da lei ao vagabundo (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2020, p. 13).

As autoras destacam os efeitos do cenário de deterioração econômica, especialmente a queda drástica no crescimento de 7,5%, em 2010, para 3,77%, em 2015, na esperança e no sonho brasileiro vivido pelas pessoas na era da inclusão via consumo. Individualmente a tragédia econômica atingiu a vida dos interlocutores de Pinheiro-Machado e Scalco (2020, p. 07) na medida em que eles/as “estavam em dívida com cartões de crédito, bancos, redes de lojas e empresas informais”.

Cabe destacarmos que, além das condições desafiadoras na economia, temas como segurança pública também revelaram sua piora. Isso, por sua vez, se traduzia na ausência de garantia de manter os bens conquistados: “devido ao aumento dos níveis de violência urbana, a maioria dos interlocutores perdeu itens, principalmente telefones celulares, nos assaltos diários. Foi uma época de profunda desilusão” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2020, p. 7). O próprio Bolsonaro usou bastante dessa insatisfação com a segurança pública em sua campanha eleitoral.

#### **4 Traços do populismo autoritário: Bolsonaro, o “povo” e as manifestações de apoio (autoritário) a seu governo**

Neste tópico, pretendemos apresentar e analisar um conjunto de declarações de Jair Bolsonaro a seus apoiadores, seja por meio de suas redes sociais, seja diretamente a eles, por ocasião de manifestações de apoio a seu governo que aconteceram na Esplanada dos Ministérios, entre os meses de março e maio de 2020. As declarações que aqui analisamos foram feitas por ocasião das manifestações ocorridas nos dias 15 de março, 19 de abril, 03, 17 e 31 de maio. Também faremos referências a declarações dadas a seus apoiadores no dia 28 de maio, por terem considerável teor de enfrentamento à ordem constitucional, ilustrando nossa perspectiva de análise.

Todas as manifestações de apoio ao presidente ocorreram dentro da temporalidade da pandemia de COVID-19, ainda em curso quando da produção deste artigo. Portanto, em momentos de confinamento social adotado por governadores e prefeitos, fazendo com que os presentes em tais atos estivessem a descumprir exigências postas pelos decretos, inclusive no Distrito Federal, e recomendações da Organização Mundial de Saúde para se evitar aglomerações, manter-se o devido distanciamento social e utilizar máscara de proteção social. O próprio presidente foi flagrado, em quase todas essas manifestações, descumprindo regras estabelecidas. Essas manifestações funcionaram como importantes instrumentos de tensão com as instituições democráticas, daí a alcunha de “atos anti-democráticos”, tendo o Congresso Nacional, na figura do presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM), e o STF como principais alvos (sendo comum adesivos com a frase “Supremo é o povo”, sendo que “povo” dizia respeito tão somente aos apoiadores do presidente).

O ato de apoio realizado em 15 de março, data definida antes mesmo da confirmação do primeiro caso de COVID-19 no país, que se deu em 25 de fevereiro, havia sido desaconselhado pelo próprio presidente, sob a recomendação do Ministério da Saúde (então chefiado pelo médico Luiz Henrique Mandetta). Apesar disso, os apoiadores fizeram-se presentes em várias cidades do país, muitos deles com cartazes que traziam a *hashtag* #desculpaJairMasEuVou. Mesmo tendo desaconselhado a realização dos atos naquele dia, Bolsonaro chegou a compartilhar imagens do ato realizado na cidade de Belém-PA, vindo depois a dizer que havia sido dado, com as manifestações daquele dia, “um grande recado ao Parlamento” (APÓS..., 2020). Que recado? De que se esperava o “fechamento” do Congresso e do STF.

Desde este primeiro ato, já se podiam observar palavras de ordem contra os poderes estabelecidos da República, mas que apresentavam freios a ações autoritárias do presidente, o que incomodava seus apoiadores que se mobilizavam por mais poderes que deveriam ser conferidos ao presidente. Neste dia, ver inúmeros cartazes com “*Fora, Maia*” podiam ser vistos, o que demonstrava bem mais do que uma repulsa ao presidente da Câmara uma rejeição ao funcionamento institucional do Congresso em relação às práticas administrativas de Bolsonaro.

O ato realizado em Brasília, em 19 de abril, defronte ao Quartel General do Exército brasileiro, foi um dos mais interessantes do ponto de vista do enfrentamento institucional e, por isso mesmo, do ponto de vista analítico. Além de retomar, por meio de uma série de cartazes e faixas o enfrentamento aos outros poderes, sugerindo mesmo uma “intervenção militar com Bolsonaro no poder”, contou com a presença do presidente e a realização de um discurso para seus apoiadores. Antes de Bolsonaro discursar, puderam ser ouvidos entre os manifestantes gritos de “*Fora, Maia*”, “*AI-5*”, “*Fecha o Congresso*”, “*Fecha o STF*”. Quando discursou, Bolsonaro proferiu, dentre outras, as seguintes palavras:

Nós não queremos negociar nada. Nós queremos é ação pelo Brasil. O que tinha de velho ficou para trás. Nós temos um novo Brasil pela frente. Todos, sem exceção, têm que ser patriotas e acreditar e fazer a sua parte para que nós possamos colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece. Acabou a época da patifaria. É agora o povo no poder. [...] Eu estou aqui porque acredito em vocês. Vocês estão aqui porque acreditam no Brasil. [...] Todos no Brasil têm que entender que estão submissos à vontade do povo brasileiro. Tenho certeza, todos nós juramos um dia dar a vida pela pátria. E vamos fazer o que for possível para mudar o destino do Brasil. Chega da velha política. (DELLA COLETTA; ONOFRE, 2020, [s.p.]).

Observemos a equação cara ao populismo: o líder é o povo, este é quem deve governar e ser respeitado, daí a imposição de não se “negociar nada”, uma vez que a vontade popular está encarnada nele. O “povo no poder” tem o sentido de Bolsonaro, líder que incorpora a soberania popular que diz respeito tão somente ao conjunto de seus apoiadores. Por isso, “todos estão submissos à vontade do povo brasileiro”, que corresponde àqueles que estavam ali, diante do líder populista-autoritário.

Cumpre-nos destacar que, a cada um desses atos de mobilização que contavam o respaldo de Bolsonaro, em seu enfrentamento às instituições democráticas, se seguiam um conjunto de declarações de autoridades políticas ou jurídicas de repúdio às declarações do presidente.



A cada ato de apoio ao presidente registrava-se um conjunto de mobilizações contra as instituições, aumentando o teor das investidas de Bolsonaro contra elas, levando alguns autores a observarem em tais movimentos a investida de Bolsonaro em um autogolpe que lhe concedesse mais poderes do que os garantidos pela Constituição Federal de 1988. Um desses autores é o filósofo Marcos Nobre (2020), que sugeriu uma “guerra de Bolsonaro contra a democracia” durante o período da pandemia, logo seguida por uma aproximação ao centro político (o “sistema” tão atacado por líderes populistas) e uma maior interpelação de seu séquito de seguidores fiéis no intuito de produzir a estrita fidelidade, em torno de 1/3 do eleitorado brasileiro, em torno de si.

O mês de maio assistiria a três manifestações de apoio ao presidente. A primeira delas, realizada no dia 03,<sup>6</sup> tanto em Brasília como em outras cidades; se deu após a demissão do ministro da Justiça, Sergio Moro. A demissão levou a uma série de especulações em torno de possíveis investigações a serem feitas sobre o desejo de interferência do presidente na Polícia Federal, denunciada por Moro, a captura de seu celular, solicitada pelo ministro Marco Aurélio e a possibilidade de divulgação do teor da reunião ministerial realizada em 22 de abril, o que viria a acontecer algum tempo depois. Bolsonaro não discursou diretamente aos manifestantes, mas o fez por meio de suas redes sociais, em uma transmissão ao vivo de mais de 30 minutos. Nela, afirmou coisas como as seguintes:

Vocês sabem que o povo está conosco, as Forças Armadas ao lado da lei, da ordem, da democracia, liberdade também estão ao nosso lado. Vamos tocar o barco, peça a Deus que não tenhamos problema nessa semana, porque chegamos no limite [...] Não tem mais conversa, daqui para frente, não só exigiremos, faremos cumprir a Constituição, ela

---

6 Nesta manifestação, registraram-se os primeiros ataques a jornalistas que exerciam sua profissão ao cobrirem o evento. A imprensa tradicional tem sido uma das instituições de preferência dos ataques de líderes populistas, sobretudo por acionarem a ideia de “verdade sem filtro” que as redes sociais lhe conferem, manipulando melhor a informação segundo seus interesses. Sobre isso, ver Empoli (2019).

será cumprida a qualquer preço. [...] O que nós queremos é o melhor para o nosso país, a independência verdadeira dos três Poderes, não apenas uma letra da Constituição. Chega de interferência, não vamos mais admitir interferência, acabou a paciência. [...] Graças a Deus que não temos problemas esta semana porque chegamos no limite, não tem mais conversa. Daqui para frente, não só exigiremos, faremos cumprir a Constituição, ela será cumprida a qualquer preço. E ela tem dupla mão, não é de uma mão de um lado só não. Tenham certeza de uma coisa, nós temos o povo ao nosso lado, nós temos as Forças Armadas do lado do povo, pela lei, pela ordem, pela democracia e pela liberdade, e o mais importante, temos Deus conosco. (BOLSONARO..., 2020a, [s.p.]).

O discurso do presidente punha a seu lado o “povo” (que, na verdade, corresponderia a seus apoiadores presentes no ato) e as “Forças Armadas”, em um misto de soberania popular (voto) e braço armado do Estado (os militares). Com o voto e com as armas, não poderia ser-lhe imposto nenhum freio. A invocação de “deus” para que não se tivesse “problemas” durante aquela semana (o que significaria dizer: não ter que prestar nenhum esclarecimento caso fosse solicitado por parte dos outros Poderes da República) deixa claro a centralidade que ele conferia a si e convidava a seus apoiadores a também conferir centralidade à sua *persona*. Sob qualquer ameaça, havia a obrigatoriedade do “cumprimento da Constituição”, algo que seria diferente, em sua gramática, do que vinha acontecendo. O que significaria “fazer cumprir a Constituição”? Esse é o momento em que se gera um debate, advindo das manifestações, em torno do artigo 142 da CF, que versa sobre a possível convocação das Forças Armadas por um dos poderes. Por dias, esse debate tomou conta das páginas da imprensa, de matérias televisivas e do debate político. Por isso é que, diz Bolsonaro, “as Forças Armadas estão comigo”, prontas para cumprir, por assim dizer, o que está previsto: a intervenção militar.

Depois desta manifestação, em 17 de maio realizou-se outra em que Bolsonaro também se fez presente, com outros ministros e

apoiadores, acenando para os manifestantes da rampa do Palácio do Planalto. Em seu discurso, também para as redes sociais, como no ato anterior, negou a efetividade das medidas de confinamento levadas a cabo por autoridades estaduais e municipais, acenou para apoiadores que seguravam cartazes com dizeres que nomeavam de “sabotadores” o STF e o Congresso, referindo-se à presença dos manifestantes com as seguintes palavras:

Manifestação pura da democracia. Estou muito honrado com isso. O governo federal tem dado todo o apoio para atender as pessoas que contraíram o vírus e esperamos brevemente ficar livre dessa questão, para o bem de todos nós. O Brasil, tenho certeza, certeza, voltará mais forte. [...] Queremos fazer um Brasil melhor para todos, agradeço a esse povo maravilhoso que está aqui, ao qual devo lealdade absoluta. É aquele que deve ditar as nossas normas e nosso norte. É o que precisamos: política ao lado do povo, tendo o povo como patrão. [...] (BOLSONARO..., 2020b, [s.p.]).

A concepção de democracia do presidente Bolsonaro, um entusiasta do regime militar de 1964 e um dos mais ardorosos de seus instrumentalizadores, o coronel Brilhante Ustra, ficou mais clara durante esses meses aqui considerados. Democracia, para ele, é o regime militar (NOBRE, 2020). Por isso mesmo é que “democráticas” seriam as manifestações realizadas em prol de seu governo, democratas seriam seus apoiadores, utilizando-se de termos como “esquerdistas”, “baderneiros” e outros depreciativos para referir-se às manifestações contrárias ao seu governo.

Importa destacar que, entre esta e a próxima manifestação que analisaremos, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) deu uma declaração, participando do programa *Terça Livre*, apresentado pelo blogueiro Allan dos Santos. Em 27 de maio, com outros convidados, o filho do presidente discutiu o alcance do artigo 142, da CF e disse o seguinte:

Essa postura, eu até entendo quem tem uma postura mais moderada, vamos dizer, para não tentar chegar ao momento de ruptura, um momento de cisão ainda maior, um conflito ainda maior. Eu entendo essas pessoas

que querem evitar esse momento de caos. Mas falando bem abertamente, opinião do Eduardo Bolsonaro, não é mais uma opinião de 'se', mas de 'quando' isso vai ocorrer (EDUARDO..., 2020, [s.p.]).

A declaração do deputado repercutiu imediatamente nos campos político e jurídico, dando prosseguimento tanto à discussão sobre um possível autogolpe que estaria sendo gestado pelo presidente como sobre as reações mais acertadas que as instituições poderiam executar para frear ímpetos golpistas.

A manifestação de 31 de maio, em Brasília, apesar de não ter contado com discurso de Bolsonaro, reuniu um conjunto de símbolos de grande importância. Ocorrida no final de semana posterior a uma operação da Polícia Federal, autorizada pelo ministro Alexandre Moares, do STF, dentro do inquérito das *fake news* instaurado pelo Supremo, em que se realizaram buscas e apreensões em endereços de empresários e blogueiros apoiadores de Bolsonaro, cartazes pediam intervenção no STF, uma nova Constituição e intervenção militar.

Outro fato a se destacar, na temporalidade por nós selecionada para os objetivos deste texto, é que, nesse período, Bolsonaro também se utilizou dos momentos diários de encontro com seus apoiadores, defronte ao Palácio da Alvorada. Ali, ele também respondia perguntas de jornalistas e fazia declarações de enfrentamento aos poderes, das quais destacamos duas. A que consideramos ser a mais importante foi feita em 28 de maio, no contexto das investigações do STF sobre os ataques a esta instituição por pessoas próximas ao presidente (empresários, parlamentares, militantes de extrema-direita e blogueiros). Exatamente naquele dia realizara-se uma operação da Polícia Federal com 29 mandatos de busca e apreensão em endereços dessas pessoas:

Chega! Chegamos no limite. Estou com as armas da democracia na mão. Eu honro os meus compromissos no juramento que fiz quando assumi a Presidência da República. Ontem [quarta] foi o último dia. Eu peço a Deus que ilumine as poucas pessoas que ousam se julgar melhor e mais poderosas do que os outros, que se coloquem no seu devido lugar, que nós respeitamos e dizemos mais:

não podemos falar em democracia sem um Judiciário independente, sem um Legislativo também independente, para que possam tomar decisões, não monocraticamente por vezes, mas as questões que interessam ao povo como um todo, que tomem, mas de modo que seja ouvido o colegiado. Acabou, porra! [...] Me desculpe o desabafo, acabou! [...] Parem de patifaria, estão atingindo só a mim não, a toda a população brasileira! [...] Os inimigos do Brasil não estão fora, estão aqui dentro [...] Respeito o Supremo Tribunal Federal, respeito o Congresso Nacional, mas para esse respeito continuar sendo oferecido da minha parte, tem que respeitar o poder Executivo também. (ACABOU..., 2020, [s.p.]).

Apesar de apontar a independência dos Poderes da República, o recado de Bolsonaro era que, dali em diante, não se “admitiria” mais ações “individuais” (na verdade, monocráticas) de ministros do STF que, cumprindo regimento do Supremo, ordenaram investigações e mandatos de buscas. O desabafo do presidente, que afirma ter “as armas da democracia na mão” (sem ficar claro o que entendia por isso), tem por objetivo produzir uma ação: a de cessarem as ações contra seus apoiadores. As ações que atingiam seus apoiadores eram, assim, ações que atingiam “o povo brasileiro”, pois seu séquito é, e tão somente ele o é, o povo. Então, um aceno a um dos principais argumentos populistas: os “inimigos do Brasil” estavam “dentro” do Estado.

Se, no discurso eleitoral, os “inimigos” estavam do lado de fora (os venezuelanos, os comunistas, os petistas etc), uma vez no governo, cumpre ao líder populista execrar os que estão dentro do Estado: os ministros do STF, os parlamentares, os funcionários de carreira etc. Passado o trabalho de expurgo operado pela eleição, há que se continuar com tal feito no cotidiano do governo e, quiçá, com um autogolpe, um “*acabou, porra!*”.

## 5 Considerações finais

Nosso intuito com este artigo foi dimensionar o alcance analítico da categoria “populismo” para compreendermos um conjunto de declarações do presidente Jair Bolsonaro, durante atos de apoio a seu governo. Compreendemo-la dentro do escopo da cultura política autoritária brasileira, tida como uma “tradição” política produzida pelos entraves de uma modernização inacabada, que boicota a cultura democrática no país. Fomos levados a considerar, na esteira de outros autores aqui destacados, a própria eleição de 2018 como um importante marco dessa “tradição”, sendo os lances autoritários do governo desdobramentos esperados daquilo que já se desenhara e se apresentara à população, por ocasião daquela eleição.

Cumpramos ainda destacarmos que a experiência de um líder populista autoritário traz consequências para a dinâmica político-democrática, impactando a agenda pública, esgarçando e tensionando o regime democrático. Ainda que grupos políticos do sistema se reorganizem para tentar impor derrotas a seus projetos, os eleitores e setores da sociedade identificados com o *backlash* e/ou insatisfação seguirão apresentando suas demandas e, vez por outra, pressionando atores do campo a marcharem junto a si.

Ao mesmo tempo em que Bolsonaro proferia palavras de ordem autoritárias, e de forma autoritária no tom da voz, falava em democracia, em armas da democracia. Ele criava a sensação, para seus apoiadores, de que buscava tão somente sua liberdade, seus anseios; tudo isso “contra o sistema”. Se parte considerável da Ciência Política brasileira tem se ocupado da constatação da ausência de um espírito democrático que produza mobilizações em torno do exercício da cidadania, o que esperar, no cenário contemporâneo que tem favorecido aventuras populistas, que possa ser produzido, como fio condutor da cidadania, de uma gramática política que interpela, quase que de modo ininterrupto, o confronto (autoritário) com as instituições da República?

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio. **O tempo dos governantes incidentais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

“ACABOU, porra!”, diz Bolsonaro sobre ordem do STF para operação policial contra aliados. **G1**, [online], 28 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/28/acabou-porra-diz-bolsonaro-sobre-ordem-do-stf-para-operacao-policial-contra-aliados.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2021.

APÓS recomendar adiamento de atos contra congresso, Bolsonaro compartilha vídeos de manifestações. **G1**, [online], 15 mar. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-recomendar-adiamento-de-atos-contra-congresso-bolsonaro-compartilha-videos-de-manifestacoes-24306182>. Acesso em: 10 out. 2020.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BALTHAZAR, Ricardo. Com ausência de Lula, Bolsonaro e Marina lideram pesquisa Datafolha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jun. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/com-ausencia-de-lula-bolsonaro-e-marina-lideram-pesquisa-datafolha.shtml>. Acesso em: 22 dez. 2020.

BOLSONARO declara que “o povo está conosco e as Forças Armadas estão ao lado do seu governo”. **Notícias Agrícolas**, [online], 2020a. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-economia/258283-bolsonaro-declara-que-o-povo-esta-conosco-e-as-forcas-armadas-estao-ao-lado-do-seu-governo.html#.YF9ita9KjIW>. Acesso em: 27 mar. 2021.

BOLSONARO volta a participar de ato pró-governo diante do Planalto. **Tododia**, [online], 2020b. Disponível em: <https://tododia.com.br/amp/bolsonaro-volta-a-participar-de-ato-pro-governo-diante-do-planalto/>. Acesso em: 27 mar. 2021.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

CASULLO, María Esperanza. **¿Por qué funciona el populismo?: el discurso que sabe construir explicaciones convincentes de un mundo em crisis**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2019.

COLETTA, Ricardo Della; ONOFRE, Renato. Não queremos negociar nada, diz Bolsonaro em ato pró-intervenção militar diante do QG do Exército. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/nao-queremos-negociar-nada->

diz-bolsonaro-em-carreata-anti-isolamento-em-brasilia.shtml. Acesso em: 10 nov. 2020.

EDUARDO Bolsonaro vê “momento de ruptura” e cogita adoção de “medida enérgica” por presidente. **G1**, [online], 28 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/28/deputado-eduardo-bolsonaro-cogita-necessidade-de-medida-energica-do-presidente.ghtml>. Acesso em: 27 mar. 2021.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 59 - 124.

FINCHELSTEIN, Federico. **Do fascismo ao populismo na História**. São Paulo: Almedina, 2019.

GENTILE, Fábio. Do “povo amorfo” ao populismo: a trajetória do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras. **Locus: Revista De História**, Juiz de Fora, v. 26, n. 2, p. 459 – 480, 2020.

GOMES, Wilson. O Polígono. **Cult**, [online], 24 abr. 2020. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/bolsonaro-o-poligono/>. Acesso em: 23 dez. 2020.

JEFFERSON, Hang e bolsonaristas são alvos de ação contra *fake news*. **Uol**, [online], 27 mai. 2020. Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/27/pf-cumpre-mandados-em-5-estados-e-no-df-de-inquerito-sobre-fake-news.htm>. Acesso em: 22 dez. 2020.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

LOPES, Monalisa Soares; ALBUQUERQUE, Grazielle; BEZERRA, Gabriella Ma. Lima; “2018, a batalha final”: Lava Jato e Bolsonaro em uma campanha anticorrupção e antissistema. **CIVITAS – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 20, n. 03, p. 377 - 389, 2020.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.



NOBRE, Marcos. **Ponto final**: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural Backlash**: Trump, Brexit, and authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

PINHEIRO MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. From hope to hate: The Rise of Conservative Subjectivity in Brazil. **Journal of Ethnographic Theory HAU**, v. 10, n. 1, p. 21 – 31, 2020. Disponível em: [https://purehost.bath.ac.uk/ws/portalfiles/portal/204436883/2\\_Rosana\\_Pinheiro\\_Machado\\_e\\_Lucia\\_Sclaco\\_1\\_1\\_.pdf](https://purehost.bath.ac.uk/ws/portalfiles/portal/204436883/2_Rosana_Pinheiro_Machado_e_Lucia_Sclaco_1_1_.pdf). Acesso em: 23 dez. 2020.

PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

TORMEY, Simon. **Populismo**: uma breve introdução. São Paulo: Cultrix, 2019.